

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 02/Mai



cntv@cntv.org.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 2959 - Ano 2023



APOSENTADORIA ESPECIAL

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou hoje, 02/05/2023,

o PLC 245/2019

Que regulamenta a aposentadoria especial a profissional exposto a agentes nocivos à saúde



Senador Wilder Moras PL-GO membro da Comissão

A Comissão de Assuntos Econômicos - CAE aprovou na reunião de hoje, dia 03/05/2023, o PLC 245/2019, que dispõe sobre concessão de aposentadoria especial para os vigilantes e que tem o senador Esperidião Amin - PP/SC como relator.

Foram apresentadas 47 emendas e alguns substitutivos desde o ano de 2019, sendo que no dia 17/04/2023, foi apresentado o relatório final. Da última reunião até o dia de hoje, não foram apresentadas novas emendas ao projeto e o texto trás coisas que não são boas para os trabalhadores vigilantes e outras que vão nos ajudar.

Durante este período a CNTV vem tentando minimizar impactos nocivos em partes do texto, estivemos presente no Senado Federal, acompanhando todas as reuniões desde que o projeto foi pautado, foram vários debates e retiradas para vistas, até sua aprovação no dia de hoje.

Seguimos pressionando para que sejam apresentadas correções ao projeto para que nossa Aposentadoria Especial seja de fato e de direito implementada, mas que não haja prejuízo para os trabalhadores.

Acompanharemos os próximos passos da tramitação.

Estamos lutando pela aposentadoria especial e você?

Para acessar o relatório vai em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9345046&ts=1683042283718>

Fonte: CNTV

Nunes Marques suspende julgamento no STF da revisão do saldo do FGTS



O julgamento da ação que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), que pede a revisão do índice que reajusta o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), foi suspenso nessa quinta-feira (27), após o ministro Nunes Marques, indicado por Jair Bolsonaro ao cargo, pedir vistas.

Se o ministro utilizar o prazo máximo permitido nessa situação, a suspensão será de 90 dias até que a ação volte à pauta da Corte.

O argumento de Marques para pedir mais tempo para analisar o pedido foi o de que a espera não prejudicaria os trabalhadores, já que, segundo ele, nos últimos cinco anos, o rendimento do FGTS foi superior ao da poupança.

A revisão do FGTS tem dois votos a favor. Os ministros Luís Roberto Barroso e André Mendonça entenderam que o saldo deve ser corrigido pelo menos pelo índice da poupança, mas que a correção seja feita somente a partir dos novos depósitos na conta do trabalhador, que serão feitos após a decisão final da Corte, caso seja aprovada.

O STF tem 11 ministros, mas com a aposentadoria de Ricardo Lewandowski, a Corte está com 10 membros.

Estima-se que 70 milhões de trabalhadores que têm saldo no FGTS sejam beneficiados. O governo calcula os custos da revisão, se for retroativa, em torno de R\$ 300 bilhões.

O que é a revisão do FGTS

O partido Solidariedade questionou dispositivos que impõem a correção dos depósitos nas contas vinculadas do FGTS pela Taxa Referencial (TR). A legenda alegou que essa taxa está defasada se comparada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Por isso, solicitou que o crédito dos trabalhadores seja atualizado por “índice constitucionalmente idôneo”.

O que os ministros também devem decidir sobre o FGTS

Além da decisão sobre o índice os ministros têm de definir os seguintes parâmetros:

- Se todos os trabalhadores brasileiros terão direito à correção, independentemente de já ter feito o saque, ou não, do FGTS;

- Se sindicatos poderão entrar com novas ações – coletivas – na Justiça fazendo a mesma reivindicação para seus trabalhadores, após a decisão do STF e;

- Se somente o trabalhador e/ou sindicato que entrou com ação receberão retroativamente a correção a partir de 1999, ou de outra data a ser definida.

Ou seja, não adianta contratar um advogado agora, antes da decisão final dos ministros do Supremo porque, ao invés de ganhar, o trabalhador pode perder dinheiro.

Mesmo que o STF decida mudar o índice de correção, dependendo do valor a receber, os custos jurídicos na contratação de um advogado particular que não seja do seu sindicato, podem ser maiores. Por isso é melhor levantar esses custos antes de fazer uma contratação.

Correção, se for retroativa, só poderá ser feita nos saldos a partir de 1999

A partir de 1999 a alteração no cálculo da TR fez com que deixasse de representar ou corresponder aos índices inflacionários correntes, como o INPC ou o IPCA-E.

Em regra, os anos de correção dependerão da data do ajuizamento da ação, sendo certo que, conforme o STF, a prescrição é quinquenal. Ou seja, ajuizada a ação, ela retroagirá seus efeitos a cinco anos.

Saiba se você poderá ter direito à correção

É importante destacar que o trabalhador deve se dirigir ao seu sindicato e procurar o departamento jurídico para ver se a sua entidade entrou com ação coletiva na Justiça pedindo a correção do FGTS por um índice melhor que a TR. Esta foi uma orientação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 2013, a seus sindicatos.

“Se o sindicato entrou com ação coletiva, é preciso checar se você está na lista de beneficiários da ação. Isso evita potenciais transtornos advindos de uma demanda individual, como a condenação em honorários sucumbenciais”, orienta o advogado Ricardo Carneiro, do escritório LBS que atende a CUT Nacional.

Foto: Felipe Sampaio / STF

Fonte: Rosely Rocha / CUT Brasil

Lula anuncia reajuste, valorização do salário mínimo e correção de tabela do IR

Presidente confirmou em pronunciamento que salário mínimo será de R\$ 1.320 e reajuste na tabela do imposto de renda. Quem ganha até R\$ 2.640 ficará isento de contribuição. Lula estará no ato das centrais em SP



Lula no ato de 1º de Maio de 2022

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará presente neste 1º de Maio no ato de comemoração do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora no Vale do Anhangabaú, centro de São Paulo, promovido pela CUT e demais centrais sindicais, previsto para ter início às 10h. Neste ano o tema do 1º de Maio é “Emprego, Direitos, Renda e Democracia”

A CUT num programa especial transmitirá 1º de maio em todo o país, ao vivo, pelas redes sociais.

No ato da CUT e demais centrais sindicais Lula fará o anúncio de três medidas aguardadas pelos trabalhadores e trabalhadoras, a volta da política de valorização do salário mínimo, com reajustes acima da inflação, que o ex-presidente acabou, deixando defasada ainda mais a renda das famílias; o reajuste do mínimo a partir deste mês de maio, subindo de R\$ 1.302 para R\$ 1.320 e a correção da tabela do imposto de renda.

A tabela do IR estava defasada desde abril

de 2015, quando a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), fez a correção. Os dois últimos presidentes não mexeram na tabela. O governo Lula espera melhorar a renda das camadas mais pobres, já que quase 14 milhões de brasileiros se beneficiarão dessa correção, que também pode favorecer o consumo e aquecer o mercado interno.

Na noite de domingo (30/4), o presidente fez um pronunciamento à Nação homenageando os trabalhadores e trabalhadoras. Ele lembrou as conquistas que tiveram quando o PT governou o Brasil, com geração recorde de empregos. Salário mínimo crescendo acima da inflação. Direitos trabalhistas garantidos e como tudo piorou nos últimos anos nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

“Tudo piorou nos últimos anos. O emprego sumiu. Os salários perderam poder de compra. A inflação subiu. Os juros dispararam. Direitos conquistados ao longo de décadas foram destruídos de um dia para o outro”, disse Lula.

Segundo ele, poucas vezes na história o povo brasileiro foi tratado com tanto desprezo, e teve tão pouco a comemorar, mas que “Felizmente, esse mau tempo ficou no passado. O Brasil voltou a reconhecer o papel fundamental do povo trabalhador na construção do futuro do Brasil”.

Leia a íntegra do pronunciamento do presidente Lula

Meus amigos e minhas amigas,

Amanhã, primeiro de maio, é dia de homenagear o povo trabalhador do Brasil.

Vocês que trabalham nas fábricas, na construção civil, nos bancos, nas lojas ou nos escritórios. Vocês, trabalhadores de aplicativos. Vocês, microempreendedores. Vocês, que trabalham na lavoura, nas escolas, nos hospitais.

Vocês, jovens, que estão dando os primeiros passos no mundo do trabalho. Vocês, aposentados e pensionistas, que, ao longo de uma vida inteira, ajudaram a construir o Brasil com o fruto do seu suor.

Não importa a profissão ou o local de trabalho. O importante é que vocês são os responsáveis pela geração da riqueza do Brasil.

Vocês se lembram das conquistas que tiveram quando governamos o Brasil. Geração recorde de empregos. Salário mínimo crescendo acima da inflação. Direitos trabalhistas garantidos.

Tudo piorou nos últimos anos. O emprego sumiu. Os salários perderam poder de compra. A inflação subiu. Os juros dispararam. Direitos conquistados ao longo de décadas foram destruídos de um dia para o outro.

Poucas vezes na história o povo brasileiro foi tratado com tanto desprezo, e teve tão pouco a comemorar.

Felizmente, esse mau tempo ficou no passado. O Brasil voltou a reconhecer o papel fundamental do povo trabalhador na construção do futuro do Brasil.

Desde o primeiro dia desse terceiro mandato que vocês me concederam, tenho trabalhado para consertar e reconstruir nosso país.

Recompôr as conquistas perdidas pelos trabalhadores e trabalhadoras é prioridade do nosso governo.

A começar pela valorização do salário mínimo, que há seis anos não tinha aumento real, e vinha perdendo poder de compra dia após dia. Mas já estamos começando a reverter essa perda.

A partir de amanhã, o salário mínimo passa a valer R\$ 1.320 reais para trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas. É um aumento pequeno, mas real, acima da inflação, pela primeira vez depois de seis anos.

Nos próximos dias, encaminharei ao Congresso Nacional um projeto de lei para que esta conquista seja permanente, e o salário mínimo volte a ser reajustado todos os anos acima da inflação, como acontecia quando governamos o Brasil.

E, estejam certos de que, até o fim do meu mandato, ele voltará a ser um grande instrumento de transformação social que foi no passado, quando cresceu 74% acima da inflação.

Foi graças a isso que milhões de brasileiros e brasileiras saíram da extrema pobreza e abriram caminho para uma vida melhor.

É preciso lembrar que a valorização do salário mínimo não é essencial apenas para quem ganha salário mínimo.

Com mais dinheiro em circulação, as vendas do comércio aumentam, a indústria produz mais. A roda da economia volta a girar, e novos empregos são criados.

Quero também anunciar outra medida muito importante. Estamos mudando a faixa de isenção do imposto de renda que, há oito anos estava congelada em R\$ 1.903 reais.

A partir de agora, o valor até R\$ 2.640 reais por mês não pagará mais nem um centavo de imposto de renda. E, até o final do meu mandato, a isenção valerá para até R\$ 5 mil reais por mês.

Meus amigos e minhas amigas. Não haverá reconstrução do Brasil sem a valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras.

O Brasil vai voltar a crescer com inclusão social e novos empregos serão criados.

Podem estar certos de que o esforço do seu trabalho →será cada vez mais reconhecido e recompensado.

E o Primeiro de Maio, que sempre foi um dia de luta, voltará a ser também um dia de conquistas para o povo trabalhador.

Muito obrigado, e feliz Primeiro de Maio.

FONTE: CUT - Redação CUT | Editado por: Rosely Rocha

O MPT poderia ter ajuizado uma ação de R\$ 500 milhões no caso das vinícolas?

Poderia, mas o MPT não atua com viés punitivista, o que poderia inviabilizar as empresas desse importante setor – mais uma diferença em relação à desastrosa Lava-Jato. A prioridade é conduzir a atividade para os marcos legais, respeitando a dignidade dos trabalhadores



Alojamento dos trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão na Serra Gaúcha, em fevereiro

O Ganhou as manchetes o resgate pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) de pessoas em situação análoga à de escravo em vinícolas. O feito soma-se ao vergonhoso aviltamento de 2.575 brasileiros libertados em 2022, apesar de dificuldades criadas por um governo que se propôs a asfixiar as instituições de defesa da cidadania e do trabalho digno. Desde 1995, são 60 mil resgatados.

Respeitados formadores de opinião miraram o valor e o destino da compensação por danos morais coletivos. O texto é dirigido a esses.

O debate público respeitoso é interessante momento para compreensão da atuação

institucional em defesa da coletividade afetada pelo grave ilícito. Além dos trabalhadores resgatados, a sociedade inteira padece.

O acordo é instrumento jurídico com previsão na Lei 7.347/85. Estipulou-se, com concordância das empresas infratoras, a obrigação de corrigir a conduta, para o futuro. Foram fixadas mais de 20 obrigações visando retirar a atividade da situação de ilicitude e assegurar dignidade aos trabalhadores.

Previu-se, ainda, que transgressores realizem campanha publicitária para conscientização de clientes, empregados, comunidade, produtores e fornecedores de

uva sobre a proibição do trabalho escravo e as condições adequadas de saúde e segurança no trabalho, bem como campanhas de combate a xenofobia e discriminação racial. Em caso de descumprimento, as empresas infratoras pagarão multas.

Conduta aviltante agride ética do indivíduo na dimensão coletiva

Nas atuações do Ministério Público do Trabalho, o valor ajustado para compensar dano moral coletivo tem por objetivo ressarcir a sociedade, pois a conduta aviltante agride o padrão ético dos indivíduos, na dimensão coletiva.

A compensação pelo dano moral individual é mais rara, pois há caminhos próprios para que sejam buscados. O TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) prevê que os trabalhadores poderão pedir compensação por dano moral individual, o que está sendo articulado pela Defensoria Pública. No caso, dadas as dificuldades imediatas dos trabalhadores resgatados, uma parte do valor foi a eles destinada, em caráter emergencial. É importante ler o TAC.

Quanto à destinação de valores a título de danos morais coletivos, o MPT (Ministério Público do Trabalho) não gere um fundo nem recebe recursos acordados com infratores. Talvez aqui formadores de opinião confundam com um dos tantos desvios da Lava-Jato, que tentou criar fundo próprio.

Na falta de fundo específico, conforme prevê a Lei 7.347/85, as Procuradorias Regionais do Trabalho cadastram projetos de interesse social apresentados pela comunidade. Em muitas situações a compensação não envolve dinheiro. Dá-se pela prestação de serviços ou fornecimento de produtos. Isso foi frequente durante a pandemia: máscaras, álcool e equipamentos fornecidos a hospitais. Cestas básicas, para instituições carentes. A destinação visa sempre a recomposição do bem lesado, beneficiando a sociedade em comunidades afetadas pela prática ilícita. Isso pode ser discutido e aperfeiçoado, mas é importante ler o acordo.

MPT, clamor público e os labirintos do sistema judicial

No TAC das vinícolas, estabeleceu-se que o valor a título de compensação por dano moral coletivo será revertido a entidades, projetos ou fundos que permitam a recomposição dos danos coletivos causados, tudo nos termos da Lei 7.347/85.

Alguns consideraram o valor baixo, dado o nível de aviltamento. De fato, o valor não é alto. Foi o acordo possível. É preciso considerar que a atuação do MPT não tem viés punitivista, que poderia inviabilizar as empresas desse importante setor (mais uma diferença em relação à desastrosa Lava-Jato). A prioridade é retirar a atividade da margem da lei, conduzindo-a para os marcos legais, respeitando a dignidade dos trabalhadores.

O MPT poderia ter ajuizado uma ação de R\$ 500 milhões? Poderia. Talvez agradasse o clamor público. Porém os labirintos do nosso sistema judicial tendem a arrastar essas ações por anos ou décadas, como nos casos da Boate Kiss e das barragens rompidas em Minas Gerais. A demora seria ruim para os trabalhadores e para a sociedade. Talvez fosse uma disputa nefasta para as próprias empresas, que teriam dificuldades em retomar as atividades, de forma lícita.

A atuação, como todas as atividades públicas, pode ser discutida e deve ser aperfeiçoada. O mais relevante é que foi dada uma resposta célere e efetiva para uma triste situação, que infelizmente não é rara, em que brasileiros foram enganados com promessas vantajosas, submetidos a jornadas abusivas, com violência física, recebendo comida estragada, ameaçados com armas de choque e spray de pimenta.

Sandra Lia Simón é subprocuradora-geral do Trabalho

Leomar Daroncho, procurador do Trabalho

FONTE: RBA

Audiência conjunta de quatro comissões debate violência nas escolas nesta terça



Contarato é autor do requerimento para o ciclo de debates

Roque de Sá/Agência Senado

As comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Educação (CE), de Segurança Pública (CSP) e de Direitos Humanos (CDH) realizarão nesta terça-feira (2), a partir das 14h, a primeira reunião do ciclo conjunto de audiências públicas para debater a violência nas escolas.

Estão confirmadas as presenças do coordenador da Comissão de Psicologia Escolar no Conselho Federal de Psicologia (CFP), Celso Tondin; da especialista em educação e Proteção do Unicef no Brasil, Ana Carolina Fonseca; e da representante da Consultoria Vozes da Educação, Carolina Campos.

Também devem comparecer representantes do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Ministério dos Direitos Humanos, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc).

A realização do ciclo atende a um pedido do senador Fabiano Contarato (PT-ES). Ele lembra que, até um passado recente, os atentados a escolas não eram frequentes no Brasil. Mas, nos últimos anos, esse tipo de violência tem

estampado as capas dos jornais, espalhando pânico entre pais, alunos e professores, e deixado luto aos familiares das vítimas.

“Sabemos que a prevenção e a repressão desse tipo de atentado devem ocorrer em diversas frentes, como o cuidado à saúde mental dos estudantes, a prevenção contra o bullying, a restrição ao acesso a armas, a jogos e sites que promovam violência e discursos de ódio e a diminuição da desigualdade, possibilitando que crianças e adolescentes vivam em ambientes saudáveis”, defende Contarato no requerimento para a realização do ciclo.

O senador defende que a política criminal, respeitados os princípios da Constituição e os tratados internacionais de direitos humanos assinados pelo Brasil, não pode ficar alheia à violência nas escolas. E, por ser relator de projetos que tratam do Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940), o senador vê como crucial que o Senado ouça especialistas da sociedade civil, do setor público e das empresas do setor de tecnologia para o melhor desenvolvimento das políticas públicas de prevenção e repressão a esses ataques.

Como participar

O evento será interativo: os cidadãos podem enviar perguntas e comentários pelo telefone da Ouvidoria do Senado (0800 061 2211) ou pelo Portal e Cidadania, que podem ser lidos e respondidos pelos senadores e debatedores ao vivo. O Senado oferece uma declaração de participação, que pode ser usada como hora de atividade complementar em curso universitário, por exemplo. O Portal e Cidadania também recebe a opinião dos cidadãos sobre os projetos em tramitação no Senado, além de sugestões para novas leis.

Fonte: Agência Senado

Renda de trabalhador caiu 6,9% e dividendos de acionistas subiram 24% em 2022

Relatório da Oxfam mostra que a renda do trabalhador caiu no Brasil, no ano passado, mais do que a média mundial de 3,19%, mas os dividendos pagos a acionistas subiram 14% a mais do que a média mundial de 10%



Avenida Paulista, São Paulo

No último ano do governo de Jair Bolsonaro (2022), a renda dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiros caiu em relação a 2021, mais do que a média de 50 países do mundo, mostra relatório divulgado no domingo (30/4), do Comitê de Oxford para Alívio da Fome, uma organização independente sem fins lucrativos com atuação no país desde 2014. Em contrapartida os ricos ficaram ainda mais ricos.

O salário médio teve queda de 6,9% enquanto o de diretores subiu 9%. Já o rendimento dos acionistas de empresas brasileiras chegou a 24% dando a eles um lucro US\$ 34 bilhões, quase o mesmo montante do que trabalhadoras e trabalhadores do país tiveram em cortes em seus salários, informou a entidade.

Em 2021, o salário mensal médio no Brasil

era de R\$ 2.480,80. Em 2022, o salário foi de R\$ 2.540,33 mensais, o que dá uma alta de 2,14%. No entanto, a inflação de 9% corroe esse ganho, deixando a correção do valor real do salário no país menor.

O relatório confirma a desigualdade social no país. No mundo a média de queda da renda do trabalhador foi de 3,19%, menos da metade da queda no Brasil. A média do rendimento dos acionistas nos países pesquisados pela Oxfam foi menos da metade do que lucraram os brasileiros, de 10%. Ou seja, no Brasil o salário do pobre cai e o lucro dos ricos aumenta ainda mais do que no restante do mundo.

“No Brasil, a recuperação do emprego tem se dado às custas, principalmente, de trabalho informal, mais precário, com menos acesso

a direitos e renda média menor”, avaliou o coordenador de justiça econômica da Oxfam Brasil, Jefferson Nascimento, em entrevista ao G1.

Segundo a Oxfam, os pagamentos feitos aos acionistas, considerados “exorbitantes”, beneficiam os mais ricos da sociedade, aumentando os níveis já altos de desigualdade.

No mundo, segundo a organização, 1 bilhão de trabalhadoras e trabalhadores de 50 países tiveram um corte médio de US\$ 685 em seus salários em 2022. A perda coletiva foi de US\$ 746 bilhões em salários reais (caso os pagamentos tivessem sido reajustados pela inflação).

Tributar os mais ricos

Uma das direções apontadas pela Oxfam como solução para os problemas elencados no relatório é tributar devida e proporcionalmente a parcela mais rica em todos os países. A ONG lembra, por exemplo, que os impostos sobre a renda de dividendos e ações caíram de 61%, em 1980, para 42% na atualidade, um dado relevante para a discussão, já que é a partir da cobrança desses encargos que se pode ampliar as verbas públicas em áreas como saúde e educação.

Para Jefferson, essa margem de lucro entregue aos acionistas deve ser uma das partes que compõem a discussão em torno da reforma tributária, tendo em vista a possibilidade de contrapartida à sociedade que se pode abrir. Ele explica que, no Brasil, a obrigação não se aplica à pessoa física e salienta que a medida já conta com aprovação de ampla parcela da população.

“É um tema que se conecta com esse debate que está se tendo no Brasil, nesse momento, no âmbito da reforma tributária. A gente está debatendo no Congresso Nacional, focando, principalmente agora, no imposto sobre o consumo. Mas, em um segundo momento, e isso tem sido dito no Congresso, se pretende trabalhar com reforma do imposto sobre bens e patrimônio, e é fundamental falar também sobre o retorno da tributação sobre lucros e dividendos”, diz.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Trabalho não remunerado das mulheres

A conclusão é de que a jornada mensal de mulheres e meninas tem, pelo menos, 380 bilhões de horas de atividades de cuidado não remuneradas, o que prova que certos estereótipos de gênero, como a função de se responsabilizar, de forma central, pela criação dos filhos, ainda pesam sobre elas. Com frequência, assinala a Oxfam, trabalhadoras acabam encurtando seus expedientes ou mesmo abandonam os empregos por causa dessas atividades. Além disso, também enfrentam discriminação, assédio e recebem salários mais baixos do que os homens.

Jefferson Nascimento, complementa as colocações da entidade com um dado relacionado ao assunto, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em março deste ano. Segundo o órgão, as trabalhadoras do país recebem um salário 22% menor do que os trabalhadores do gênero masculino.

“Até a pandemia, até 2020, havia uma tendência de diminuição da diferença de remuneração entre homens e mulheres, que foi revertida. Tem vários fatores por trás disso. A maior parte do desemprego é de mulheres, a maior taxa de trabalhadores informais é entre mulheres. A gente sabe que o trabalho informal paga, em média, menos do que o trabalho formalizado. Então, de alguma maneira, a precarização do trabalho, esses instrumentos que a incentivam, como a reforma trabalhista de 2017, criaram as condições para que houvesse esse aumento de diferença”, diz Jefferson.

Metodologia

A organização não governamental adotou como referência dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para fazer os cálculos. Uma das constatações, que instigam a se pensar no contexto de desigualdades sociais, é o corte médio de US\$ 685 na conta de um bilhão de trabalhadores de 50 países, que acabaria significando uma perda coletiva de US\$ 746 bilhões em salários reais, caso os salários tivessem sido reajustados pela inflação.

Com informações do G1 e Agência Brasil

**FONTE: CUT - Redação CUT | Editado por:
Rosely Rocha**

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF